

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
"PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E BALANÇO
PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2015"**

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis (26/03/2016), na rua atrás do SISEPE-TO, Quadra 103 Sul, Rua SO-05, Conjunto 04, Lote 13, Centro, Palmas - TO, conforme edital de convocação publicado na página nº 56 do Diário Oficial do Estado nº 4.580, de 15 de março de 2016, deu-se início, às **14h, em primeira convocação**. O Primeiro Conselheiro Fiscal, **Guilherme Sié da Silva** agradeceu a presença de todos e justificou a ausência da Presidente do Conselho Fiscal, Márcia Maria Alves Viana que no dia 19 de março de 2016, fez constar em ata que não poderia estar presente nessa Assembleia Geral Ordinária em razão de serviço "plantão", justificou também a ausência do Vice-Presidente do Conselho Fiscal, Domingos de Souza Santos que do mesmo modo, não foi possível comparecer em razão do serviço, "plantão", vez que é motorista de Ambulância. Posteriormente proferiu a leitura do Edital de Convocação publicado na página 56 do Diário Oficial nº 4.580, de 15 de março de 2016. Explicou que, conforme disposições estatutárias, art. 12, para instalação da Assembleia Geral é exigida a presença mínima de ¼ (um quarto) dos sindicalizados com direito a voto e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de sindicalizados. Nesse sentido, explanou que, como não tem a quantidade de ¼ (um quarto) de sindicalizados como estabelece o Estatuto Social do SISEPE-TO, será reaberta às **14h30min.** com o número de sindicalizados presentes. Assim, **às 14h30min, em segunda convocação** conforme determina o Estatuto da Entidade, reiniciou a Assembleia Geral Ordinária pelo Primeiro Conselheiro Fiscal da Entidade, **Guilherme Sié da Silva**, com o número de sindicalizados presentes, servidores públicos Estaduais e Municipais do Estado do Tocantins constantes das listas de presenças anexas, para deliberar as ordens do dia como segue a pauta: **1) DELIBERAÇÃO SOBRE O PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2015; 2) APRECIACÃO DE ASSUNTOS GERAIS.** O Primeiro Conselheiro Fiscal, **Guilherme Sié da Silva** cumprimentou novamente os presentes com um uma boa tarde e justificou mais uma vez a ausência da Presidente do Conselho Fiscal, Márcia Maria Alves Viana que no dia 19 de março de 2016, fez constar em ata que não poderia estar presente nessa Assembleia em razão de serviço "plantão", justificou também a ausência do Vice-Presidente do Conselho Fiscal, Domingos de Souza Santos que do mesmo modo não foi possível comparecer em razão do serviço, "plantão", vez que é motorista de Ambulância. Posteriormente proferiu outra vez a leitura do Edital de Convocação publicado na página 56 do Diário Oficial nº 4.580, de 15 de março de 2016. Na sequência repassou a fala ao Segundo Conselheiro Fiscal, **Cleudson Pereira Lima** para apresentação em "PowerPoint" "slide" da "Cartilha" que foram distribuídas aos sindicalizados, cartilhas elaboradas pelo SISEPE-TO, com 32 laudas frente e verso. Foi quando **Cleudson Pereira Lima** cumprimentou todos com uma boa tarde dizendo ser funcionário público e reside em Colinas Tocantins, esclareceu que na capa da "cartilha", material entregue aos filiados, consta: "ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Prestação de Contas da Diretoria Executiva e Delegados Regionais Exercício de 2015 Documento a ser analisado na Assembleia Geral de 26 de março de 2016". Fez a apresentação da Diretoria Executiva, dos Conselheiros Fiscais, frisando que constam presentes os conselheiros fiscais: Primeiro Conselheiro Fiscal, **Guilherme Sié da Silva**; Segundo Conselheiro Fiscal, **Cleudson Pereira Lima**; e, Terceiro Conselheiro Fiscal, **Cleuto Gonçalves Lino**. Seguindo apresentou em formato

CPTRM-TO/Ass 15/04/2016 PAF, 3178 Per. 1/28

"PowerPoint" "slide" a CARTILHA EXPLICATIVA DO EXERCÍCIO DE 2015 com as demonstrações emitidas pela contabilidade, proferindo a leitura, conforme segue: "

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2015 31/12/2015	2014 31/12/2014
ATIVO	4.318.586,04	4.328.188,53
ATIVO CIRCULANTE	298.574,80	321.586,47
DISPONÍVEL	12.748,31	288.418,06
CAIXA	218,78	1.673,15
BANCOS CONTA MOVIMENTO	922,67	91.578,43
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	11.329,86	235.171,48
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	275,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER	212.577,26	0,00
CRÉDITOS A RECEBER	212.577,26	0,00
OUTROS CRÉDITOS	0,00	2.204,73
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	3,00	2.116,83
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS/DIRIGENTES	0,00	87,99
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	3,00	0,00
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	11.245,23	30.853,88
DESPESAS DE MESES SEGUINTE	11.245,23	30.853,88
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.083.011,24	4.006.602,06
INVESTIMENTOS	2.290.567,49	2.143.703,35
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.422,85	1.422,85
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	2.289.134,64	2.142.280,50
IMOBILIZADO	1.792.459,75	1.852.898,71
BENS E DIREITOS EM USO	1.458.403,68	1.573.956,90
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	863.734,36	885.734,36
(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL.	(540.684,29)	(594.392,55)
PASSIVO	4.318.586,04	4.328.188,53
PASSIVO CIRCULANTE	231.917,28	192.825,72
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	63,89	0,00
EMPRÉSTIMOS	63,89	0,00
FORNECEDORES	13.043,56	5.903,70
CARTÕES DE CRÉDITO/CONVÊNIOS A PAGAR	4.411,57	140,16
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	92.811,00	41.019,43
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	92.811,00	41.019,43
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA	119.077,19	127.303,44
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	24.320,83	36.943,15
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	34.823,24	36.579,54
PROVISÕES	58.933,12	54.786,75
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.121,94	18.599,15
CONTAS A PAGAR	729,80	3.637,13
SEGUROS	6.391,84	86,91
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	14.875,11
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	212.577,26	0,00
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	212.577,26	0,00
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	212.577,26	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.875.091,50	4.135.282,81
RESERVA DE REAVLIAÇÃO	1.801.979,98	1.537.780,23
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	2.073.111,52	2.197.502,58

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015

RECEITA BRUTA		3.552.223,92
MENSALIDADE	2.408.969,96	2.408.969,96
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1.125.608,32	1.125.608,32
PORTAL DA QUALIFICAÇÃO	1.288,39	1.288,39
HOSPEDAGEM	16.357,25	16.357,25
DEDUÇÕES		(73.524,44)
(-) DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	(71.163,47)	(71.163,47)
(-) DEVOLUÇÃO DE MENSALIDADE	(2.360,97)	(2.360,97)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		3.478.699,48
DESPESAS OPERACIONAIS		(3.805.252,90)
SEDE REGIONAL DE ARAGUAÍNA	(230.117,00)	(230.117,00)
SEDE REGIONAL DE GURUPI	(233.372,13)	(233.372,13)
SEDE REGIONAL DE PALMAS	(137.003,88)	(137.003,88)
SEDE REGIONAL DE PORTO NACIONAL	(262.087,93)	(262.087,93)
SEDE REGIONAL DE TAGUATINGA	(216.034,76)	(216.034,76)
FUNDO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	(45.966,55)	(45.966,55)
FUNDO DE MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA	(486.562,85)	(486.562,85)
CONSELHO FISCAL	(97.249,60)	(97.249,60)
DESPESAS FINANCEIRAS	(14.551,96)	(14.551,96)
DESPESAS COM PESSOAL	(612.383,41)	(612.383,41)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(10.535,24)	(10.535,24)
UNIDADE ADMINISTRATIVA - DESPESAS GERAIS	(1.459.387,59)	(1.459.387,59)
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	43,58	43,58
JUROS POUPANÇA	7,20	7,20
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	12.915,94	12.923,14
RESULTADO OPERACIONAL		(313.586,70)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		157,98
Resultado negativo de Sinistro com Imobilizado		
RESULTADO NEGATIVO DE SINISTRO COM IMOB.	(29.380,02)	
RESULTADO DE SINISTROS COM IMOBILIZADO	29.538,00	157,98
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		445.902,94
Receitas Diversas		
RECEITAS DIVERSAS	423.731,76	423.731,76
Recuperação de Despesas Trabalhistas		
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS TRABALHISTAS	22.171,18	22.171,18
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		132.474,22
PROVISÕES PARA IR E CSL		132.474,22
RESULTADO DO EXERCÍCIO		132.474,22
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		132.474,22

CONTABILIZADO EM 15/04/2016 POR: SITH PAZ, 3/26

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Valores Recebidos de Mensalidade	2.607.504,45
Valores Recebidos de Contribuição Compulsória	1.053.878,39
Valores Recebidos Portal de Qualificação	1.288,39
Valores Recebidos de Hospedagem	16.357,25
Outras Receitas	29.576,97
Valores pagos na Unidade Administrativa	(2.711.695,29)
Valores pagos na Delegacia Regional de Palmas	(166.096,37)
Valores pagos na Delegacia Regional de Araguaína	(230.557,56)
Valores pagos na Delegacia Regional de Gurupi	(227.140,35)
Valores pagos na Delegacia Regional de Porto Nacional	(256.386,79)
Valores pagos na Delegacia Regional de Taguatinga	(217.585,03)
Valores ajustados de exercício anterior	(187.645,20)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(288.501,14)
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(288.501,14)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(288.501,14)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Rendimento de Aplicação Financeira e Poupança	12.893,28
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	12.893,28
Redução nas Disponibilidades	(275.607,86)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	288.418,06
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	12.810,20

CONTABILIDADE - 15/04/2016 - PÁG. 31/38 - 4/23

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	PATRIMÔNIO SOCIAL			RESERVAS			SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERC.	Total
	Integralizado	A Integralizar	Escriturado	Patrimônio Social	Reavaliação	Superávit Acumulado		
Saldo em 31/12/2014					1.937.780,23	2.197.502,58		4.135.282,81
Capital Social								0,00
Mudança de Critérios Contábeis								0,00
Retificação de erros do Exerc. Anterior					-423.731,78	423.731,76		0,00
Aumento do Patrimônio Social								0,00
Incorporação da Reavaliação de Ativos Próprios								0,00
Incorporação de Superávit								0,00
Utilização de Fundos								0,00
Resultado do Exercício							132.474,22	132.474,22
Ajuste de Exercícios Anteriores						-680.597,04		-680.597,04
Reavaliação de Ativos Próprios					287.931,51			287.931,51
	0,00	0,00	0,00	0,00	1.801.979,96	1.540.637,30	132.474,22	3.875.091,50

CITR03-Palmas 15/04/2016 14:51:28 Pág. 3/23

Carta de Responsabilidade da Administração Palmas 31 de Dezembro de 2015. À CETS – Contabilidade Empresarial e Terceiro Setor LTDA – ME Mariana Lopes Costa – Contadora CRC n.º 4842/O Endereço: Quadra 110 Sul Avenida JK Lote 18 Sala 05, CEP: 77020-124. Prezados, Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins, CNPJ 26.752.436/0001-20, que as informações relativas ao período-base 01/01/2015 a 31/12/2015, fornecidas a Vossa Senhoria para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas. Também declaramos: (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações; (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente; (c) que todos os documentos e/ou informações que geramos e recebemos de nossos fornecedores, encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados, estão revestidos de total idoneidade; (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós contados e levantados fisicamente e avaliados de acordo com a política de mensuração de estoque determinada pela empresa e perfazem a realidade do período encerrado em 31/12/2014; (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados. Além disso, declaramos que não existem quaisquer fatos ocorridos no período base que afetam ou possam afetar as demonstrações contábeis ou, ainda, a continuidade das operações da empresa. Também confirmamos que não houve: (a) fraude envolvendo a administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança; (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis; (c) violação de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas. Atenciosamente, CLEITON LIMA PINHEIRO PRESIDENTE CPF: 530.094.361-49 IVAN JUNIOR PEREIRA DA SILVA DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO CPF: 841.698.691-68 MÁRCIA MARIA ALVES VIANA PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL CPF: 912.580.901-63 DOMINGOS DE SOUZA SANTOS VICE - PRESIDENTE DO CONSELHO CPF: 948.193.601-59 GUILHERME SIÉ DA SILVA PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL CPF: 628.718.201-63 CLEIDSON PEREIRA LIMA SEGUNDO CONSELHEIRO FISCAL CPF: 769.281.361-20 CLEUTO GONÇALVES LINO TERCEIRO CONSELHEIRO FISCAL CPF: 434.988.761-04. **NOTAS EXPLICATIVAS SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS** **NOTAS EXPLICATIVAS** (Em milhares de Reais – R\$) **I. CONTEXTO OPERACIONAL** O Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE-TO, fundado no dia 05 de dezembro de 1991, com sede em Palmas - TO, é uma entidade sindical, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da categoria profissional dos Trabalhadores. A Entidade tem por objetivos: **I.** Congregar e representar os sindicalizados na defesa de seus direitos e interesses, tanto profissionais como de natureza salarial, coletivos e individuais, em qualquer nível, podendo para tanto, intervir e praticar todos os atos na esfera administrativa, judicial ou extrajudicial; **II.** Pugnar pelo aperfeiçoamento profissional e promover a valorização das categorias representadas; **III.** Promover assistência jurídica aos sindicalizados; **IV.** Promover parcerias e convênios com terceiros a fim de beneficiar os sindicalizados com descontos diferenciados; **V.** Buscar a integração com as organizações de trabalhadores em geral, especialmente com as de servidores e empregados públicos federais, estaduais e municipais; **VI.** Promover a divulgação de temas de interesse das

00705-PALMAS 15/04/2016 POR: SITH PRA, 6/23

categorias, participar de eventos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento das categorias representadas; **VII.** Estimular a organização e politização das categorias; **VIII.** Acompanhar todos os procedimentos administrativos, judiciais e extrajudiciais, pertinentes aos sindicalizados, zelando pela regularidade processual, na defesa de direitos compatíveis com o interesse geral das categorias; **IX.** Firmar acordos, convenções com os poderes públicos e instaurar dissídios coletivos perante o judiciário, nos casos pertinentes; **X.** Desenvolver políticas contra quaisquer prática de assédio moral, sexual, discriminação racial, religiosa e homofobia, em toda a extensão das categorias representadas pelo sindicato. **2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade em consonância com a NBC T 10 – dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, item 10.19 – Entidades sem Finalidades de Lucros, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê Pronunciamentos Contábeis – CPC, destacando – se a NBC TG 1000 que substitui a NBC T 19.41. **a) Determinação do resultado;** O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. **b) Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo;** O ativo circulante está demonstrado em seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo. **b) 1. Caixa e Equivalentes** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

DISPONIBILIDADES

	VALOR
Caixa	R\$ 218,78
Caixa Econômica Federal C/C	R\$ 922,67
Banco do Brasil – Aplicação Financeira I	R\$ 10.815,38
Banco do Brasil – Aplicação Financeira II	R\$ 514,48
Título de Aplicação Banco Sicredi	R\$ 275,00
TOTAL	R\$ 12.746,31

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa. **b) 2. Créditos a Receber** O saldo de Créditos a receber na data de 31/12/2015 é no valor de R\$ 212.577,26, referente ao repasse não realizado pelo Governo do Estado do Tocantins. **c) Passivo circulante e exigível em longo prazo;** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) 1. Contas a pagar aos fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **3. ESTOQUES** A empresa não possui estoques. Os bens móveis e imóveis são avaliados, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou construção, deduzidas das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua vida útil econômica determinada pela tabela da Secretaria da Receita Federal, pelo método linear. O Imobilizado está apresentado por seus valores originais corrigidos até o exercício findo de 2015, com indicação inclusive da Depreciação Acumulada, nas taxas anuais aplicadas de acordo com a Tabela da Secretaria da Receita Federal de:

BENS

TAXA DE DEPRECIAÇÃO

Aparelhos Telefônicos	10%
Computadores e Periféricos	20%
Edificações	04%
Impressoras e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	20%

O Imobilizado está registrado no Ativo Permanente, no Fundo de Repasse, e compreendem os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O quadro abaixo demonstra a relação sintética dos bens do ativo imobilizado, com a depreciação acumulada até 31/12/2015.

BENS

VALOR

Aparelhos Telefônicos	R\$ 2.816,00
Computadores e Periféricos	R\$ 84.119,34
Edificações	R\$ 809.762,42
Impressoras e Periféricos	R\$ 22.110,41
Máquinas e Equipamentos	R\$ 77.796,44
Móveis e Utensílios	R\$ 168.777,82
Veículos	R\$ 293.021,25
Construção Clube Palmas	R\$ 188.842,78
Construção Regional Araguaína	R\$ 505.684,42
Construção Regional Gurupi	R\$ 189.207,16
(-) Depreciação Acumulada	- R\$ 549.684,29

TOTAL

R\$ 1.792.453,75

3. INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS

VALOR

Linhas Telefônicas	R\$ 1.422,85
Terrenos	R\$ 2.289.134,64

TOTAL

R\$ 2.290.134,64

6. FINANCIAMENTOS A empresa não possui financiamentos. **7. PATRIMÔNIO SOCIAL** O patrimônio social esta entidade é constituído pelos valores originais de Superávit ou Déficit, apurados no final de cada exercício, além de contemplar os ajustes de exercícios anteriores, bem como os reflexos de ajuste de avaliação patrimonial de imóvel. **8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E EVENTUAIS** A empresa não possui provisão para contingências. **9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** A empresa não possui instrumentos financeiros. **10. COBERTURA DE SEGUROSA** Administração da Entidade considera que os seguros contratados encontram-se adequados à estrutura patrimonial e propiciam as coberturas para possíveis perdas. Palmas, 31 de Dezembro de 2015. **CLEITON LIMA PINHEIRO** PRESIDENTE CPF: 530.094.361-49 **IVAN JUNIOR PEREIRA DA SILVA** DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO CPF: 841.698.691-68 **MARIANA LOPES COSTA** CPF: 019.370.691-17 **CRC - TO 4814/O** **CONTADORA MÁRCIA MARIA ALVES VIANA** PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL CPF: 912.580.901-63 **DOMINGOS DE SOUZA SANTOS** VICE- PRESIDENTE DO CONSELHO CPF: 948.193.601-59 **GUILHERME SIÉ DA SILVA** PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL CPF: 628.718.201-63 **CLEIDSON PEREIRA LIMA** SEGUNDO CONSELHEIRO FISCAL CPF: 769.281.361-20 **CLEUTO GONÇALVES LINO** TERCEIRO CONSELHEIRO

FISCAL, CPF: 434.988.761-04. PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015 Os membros do Conselho Fiscal no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 28, 29, 30 do Estatuto do SISEPE-TO, por convocação da sua Presidente, reuniram-se no dia 18 de março de 2016, na sede do Sindicato, para analisar e emitir parecer técnico sobre o balanço anual do exercício de 2015. **Considerando** que a alínea "a", do inciso I, do art. 20, do Estatuto do SISEPE-TO, onde determina que a Assembleia Ordinária do mês de março, tem por finalidade deliberar sobre o parecer Técnico do Conselho Fiscal referente à gestão financeira do exercício findo, demonstrado através do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras; **Considerando** a decisão TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO processo nº 0000395-51.2016.5.10.0802, bem como a nulidade daquela Assembleia Extraordinária realizada em 27/6/2015 e de todos os atos, publicado no DOE nº 4.388 do dia 08 de junho de 2015; **Considerando** a VALIDADE da assembleia do dia 06/06/2015, que trata da primeira alteração estatutária no Estatuto do SISEPE-TO, publicada no Diário Oficial nº 4.381 do dia 26/05/2015; **Considerando** a decisão do Tribunal e o prazo estabelecido no art. 85 parágrafo 1º (45 dias do exercício findo) conforme estatuto do Sisepe-TO, o que resultou na entrega fora do prazo, os documentos referentes ao exercício de 2015 pela diretoria executiva (15.02.2016), assim somente foi entregues no dia 17.03.2016 em virtude da decisão judicial; **Considerando** que os pareceres emitidos com ressalvas em relação às prestações de contas no exercício de 2015, nos meses de **Junho** (Pagamento de jeton sem relatório de atividades); **Outubro** (Pagamento de diária de hotel a filiado em desconformidade com a portaria nº 055/ 2015); e **Novembro** (Diária sem relatório de viagem) **Considerando** que ao analisar o balanço patrimonial do exercício 2015, demonstrações do Superávit ou Déficit do exercício 2015, Previsão/execução orçamentaria do exercício e os livros contábeis Razão e Diário, conforme determina o Art. 29 do Estatuto do Sindicato; Passou-se a votação sob a direção da Presidência Senhora Conselheira MARCIA MARIA ALVAS VIANA, Presidente do Conselho Fiscal, DOMINGOS DE SOUZA SANTOS, Vice-Presidente do Conselho Fiscal, GUILHERME SIÉ DA SILVA, 1º Conselheiro Relator, CLEIDSON PEREIRA LIMA, 2º Conselheiro e CLEUTO GONÇALVES LINO, 3º Conselheiro. Sendo assim, por unanimidade considera-se **REGULAR COM RESSALVAS** em forma e conteúdo a presente prestação de contas relativas ao ano de 2015, estando em condições de ser aprovada em Assembleia Geral no dia 26 do mês de março de 2016. É o Parecer. Palmas-TO, 18 de Fevereiro de 2016". Após a apresentação da "cartilha" em "PowerPoint" "slide", o Primeiro Conselheiro Fiscal, **Guilherme Sié da Silva** colocou em apreciação e deliberação a quantidade de sindicalizados para falar **A FAVOR** e **CONTRA** a APROVAÇÃO DO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015, datado em 18/02/2016. Assim, foi **APROVADO** pelos sindicalizados presentes o uso da palavra por **3 (três) sindicalizados** para falarem **A FAVOR** DA APROVAÇÃO DO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015, datado de 18/02/2016 e o uso da palavra por de **3 (três) sindicalizados** para falarem **CONTRA** A APROVAÇÃO DO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015, datado de 18/02/2016, com o tempo de **2 (dois) minutos** por sindicalizados. Nesse sentido, foram inscritos os **3 (três) sindicalizados** para falarem **CONTRA** A APROVAÇÃO DO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015, datado de 18/02/2016: **a) Vagner Cassio** questionou o tempo para análise da prestação de contas, considerando-o insuficiente; **b) Tiago Pereira** cumprimentou todos com uma boa tarde e declarou contra em razão do tempo ínfimo para análise; **c) Ana Célia Silva** cumprimentou todos com uma boa tarde, apresentou-se como funcionária pública estadual e declarou-se contra porque não encontrou na cartilha motivos convincentes para votar a favor. Foram inscritos **3 (três) sindicalizados** para falarem **A FAVOR** DA APROVAÇÃO DO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015, datado de 18/02/2016: **a) Rosivaldo Conceição Rocha** cumprimentou todos com uma boa tarde, apresentou-se como sendo de Araguaçu - TO, declarou a favor porque em seu município e vários municípios o SISEPE-TO tem sido muito presente, muito atuante; **b) Djalma Montelo** cumprimentou todos com uma boa tarde, apresentou-se como sendo da ADAPEC e declarou a favor porque consta na cartilha todos os pareceres mensais, por isso, o

CET/TO-1 Palmas 15/02/2016 PMS-SJTB-Pan. 9/20

Conselho Fiscal aprovou todas as contas mensalmente e ao final ainda consta o parecer técnico anual do exercício de 2015, estando em condições de ser aprovada na Assembleia Geral, então, se o conselho que foi eleito para analisar as contas, analisou mês a mês e considerou regular recomendando aprovação, então, tem que acompanhar o conselho fiscal; c) **Antônio Sales Coutinho** cumprimentou todos com uma boa tarde, cumprimentou ainda o conselho fiscal que conduz essa assembleia com grande responsabilidade, coerência, decência e transparência, ressaltou respondendo as pessoas que falaram contra, *"que tempo vocês tiveram suficiente, pois da hora que chegaram as cartilhas estavam aí para que vocês tivessem a oportunidade de verificar, então porque falar contra aquilo que não se deve falar contra? Então tem que falar contra as coisas que são realmente irregulares não das coisas regulares, que vota a favor porque acredita no conselho fiscal, por isso, vota pela aprovação"*. Registra-se que as falas ocorreram alternadamente, contra/a favor. Na sequência, para realização da **VOTAÇÃO** foi solicitado pelo Terceiro Conselheiro Fiscal, **Cleuto Gonçalves Lino**, aos presentes, **22 (vinte e dois) mesários voluntários para conduzir a votação**, nesse sentido, se disponibilizaram e foram inscritos somente 16 (dezesesseis) mesários voluntários: 1) Rosilene Rufino Machado; 2) Zuleide Avelino Batista; 3) Rinaldo Moreira Nobrega; 4) Edinalva Silva Carvalho; 5) Alexandre Cavalcante; 6) Raimunda Borges Brito; 7) Silvania Ferreira Sousa; 8) Oscar Soares de Oliveira; 9) Pedro do Carmo Ribeiro; 10) Ítalo Yuri Borges Feitosa; 11) Maria Lúcia Teles Cardoso; 12) Tatiana Xavier de Andrade; 13) Edvaldo Ribeiro Martins; 14) Gilmar Machado da Silva; 15) Genivaldo Rocha Lima; e, 16) Roberto da Silva Machado. Posteriormente, às 15h07 (quinze horas e sete minutos) **INICIOU A VOTAÇÃO PELOS PRESENTES, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, CÉDULA DE VOTAÇÃO IMPRESSA:** **"VOCÊ APROVA O PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2015 DO SISEPE-TO?" "SIM () NÃO ()"**. **Às 15h45min., (quinze horas e quarenta e sete minutos)** o Terceiro Conselheiro Fiscal, **Cleuto Gonçalves Lino** esclareceu que como não tem mais sindicalizado *"na fila"* para votação, será estabelecido pelos sindicalizados presentes o tempo de tolerância para finalização da votação, nesse sentido, colocou em deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, sindicalizados presentes, para decidirem o tempo de tolerância para finalização da votação, já que não haviam mais sindicalizado nas filas de votação. Dessa maneira, os sindicalizados presentes sugeriram o tempo de tolerância de **5 (cinco) minutos ou 10 (dez) minutos para finalização da votação**. Em votação aberta os sindicalizados presentes APROVARAM o tempo de tolerância de 5 (cinco) minutos para finalizar a votação, nesse sentido, a partir das 15h50min., (quinze horas e cinquenta minutos) foi aguardado o tempo de tolerância de **5 (cinco) minutos**. Por esta razão, ao término desse tempo definido, **às 15h55min., (quinze horas e cinquenta e cinco minutos)** finalizou a votação, uma vez que não havia mais sindicalizado na fila de votação. Após o término da votação foi realizada a **"APURAÇÃO"** contagem dos votos, ficando da seguinte forma: A votação teve 160 (cento e sessenta) **VOTOS "SIM" AO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015**, datado em 18/02/2016; 19 (dezenove) **VOTOS "NÃO" AO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015**, datado em 18/02/2016; **Nenhum VOTO NULO e Nenhum VOTO EM BRANCO**, TOTALIZANDO 179 (cento e setenta e nove) **VOTOS, "SINDICALIZADOS VOTANTES"**. POR FIM, APÓS A FINALIZAÇÃO DA CONTAGEM DOS VOTOS, O PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL, GUILHERME SIÉ DA SILVA DECLAROU **APROVADO** COM 160 (cento e sessenta votos) A FAVOR DO PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2015, datado em 18/02/2016, **FICANDO APROVADA A "PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E BALANÇO**

DETERMINAÇÃO 13/04/2016 PAR. 513A PAR. 10/28

PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2015, COM 160 (CENTRO E SESENTA) VOTOS A FAVOR". Nada mais havendo, às 16h30min (dezesseis horas e trinta minutos), finalizou a Assembleia Geral Ordinária, cu, Clayrton Cleiber da Silva Carneiro Xavier, Diretor Geral, lavrei a presente ata, discutida e aprovada, que vai assinada por mim, e pelo Presidente desta entidade.

CLAYRTON CLEIBER DA SILVA CARNEIRO XAVIER **CLEITON LIMA PINHEIRO**
Diretor Geral Presidente

CTMTO-Palmas 15/04/2016 PAB.SS/PA Pág. 11/28

MOROMIZATO 敦

Cartório e Tabelionato de Protesto

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E TABELIONATO DE PROTESTOS DA COMARCA DE PALMAS-TO

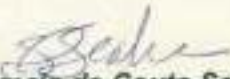
Sumala do Couto Seabra
OFICIAL / TABELIÃO

CERTIDÃO

EU, O OFICIAL/TABELIÃO DO CARTÓRIO DE
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E TABELIONATO DE
PROTESTOS DA COMARCA DE PALMAS-TO,

Certifico por dever de ofício, que constam averbados nesta Serventia às margens do registro nº 68, do **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS - SISEPE**, em **PESSOAS JURÍDICAS**, no livro A, em 15/04/2016, sob protocolo nº 49.515-A: AV-457, a Ata Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada no dia 20/02/2016 e a Solicitação de Homenagem a Servidor Público *IN MEMORIAN*, datada de 26/11/2015, sob protocolo nº 49.516-A: AV-458, o Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4.580 no dia 15/03/2016, sob protocolo nº 49.517-A: AV-459, a Ata da Assembleia Geral Ordinária – Prestação de Contas da Gestão Financeira e Balanço Patrimonial do Exercício de 2015, realizada no dia 26/03/2016 e sob protocolo nº 49.518-A: AV-460, a Ata da Reunião das Entidades Representativas de Classe, realizada no dia 29/03/2016. Escrito o que se tinha a tornar público, a teor e para os fins do § 1º do art. 16, da lei Federal nº. 6.015 de 31/12/1973, lavrei o presente Termo, que assino, em público e fiel testemunho da verdade. Dou fé.

Palmas-TO, 15 de abril de 2016.


Sumala do Couto Seabra
Escrevente Autorizada

CUSTAS	
Emolumentos	R\$ 167,20
T.F.J.	R\$ 17,60
Funcivil	R\$ 35,20
Outros	R\$ 8,40
ISSQN	R\$ 8,36
TOTAL	R\$ 236,76

Selo: 127035AAA197632-TDV. Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br
Selo: 127035AAA197635-ISP. Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br
Selo: 127035AAA197636-HGS. Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br
Selo: 127035AAA197638-LWA. Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br